

---

## ENTRE A ORDEM E A DES(ORDEM): A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO MATOGROSSENSE PARA/PELO AGRONEGÓCIO\*

---



---



---

Zuleika Alves de Arruda

*Resumo: o artigo apresenta análises a respeito da dinâmica atual da territorialização do capital na fronteira (re)dimensionada do agronegócio mato-grossense. Aponta o papel do Estado como o principal agente viabilizador da inserção do espaço na lógica de (re)produção capitalista. Conclui-se que com a expansão da fronteira (re)dimensionada do agronegócio, o território mato-grossense, notadamente o campo, vem passando por uma reorganização espacial-produtiva decorrente da nova ordem econômica mundial com a presença de corporações agroempresariais globalizadas, que investem na produção, no financiamento, na “logística” de transporte e armazenagem, atuam no setor de beneficiamento da produção e mantêm o controle de distribuição e comercialização em diversas escalas.*

*Palavras-chave: Fronteira. Agronegócio. Commodities agrícolas. Territorialização. Produção capitalista.*

### BETWEEN ORDER AND DISORDER: THE ROLE OF AGRIBUSSINESS IN THE PRODUCTION OF SPACE IN THE STATE OF MATO GROSSO

*Abstract: this paper presents reflections on the current dynamics of agribusiness in Mato Grosso and the impacts on the territory. The study attempts to highlight the state's role to enable capitalist reproduction and concludes that the expansion of agribusiness in the territory is reshaping rural areas according to the dynamics of globalized corporations that invest in production, finances, transportation, logistics and storage and control of the whole process of distribution and marketing*

*Keywords: Agribusiness. Agricultural commodities. Territory. Capitalist production.*

ENTRE LA ORDEN Y LA (DES)ORDEN: EL PAPEL DEL AGRONEGÓCIO  
EN LA CONTRUCCION DEL TERRITÓRIO DE MATO GROSSO

Resumen: *el artículo presenta un análisis sobre la dinámica actual de territorialización del capital en la frontera (re)dimensionada del agronegocio Mato-grossense. Se intentó señalar el papel del Estado como principal agente facilitador de la inserción del espacio Mato-grossense, en la lógica de la (re)producción capitalista a través de políticas de colonización, la asignación de infraestructura etc. Se concluyó que con la expansión de la frontera (re) dimensionada del agronegocio, el territorio Mato-grossense, en particular el campo, viene pasando por una reorganización del espacio productivo resultante del nuevo orden económico mundial con la presencia de las empresas agroindustriales globalizadas que invierten en la producción, financiación, en la “logística” de transporte y almacenamiento, que operan en la industria de procesamiento de la producción y mantienen el control de la distribución y comercialización en diversas escalas. Para cumplir con esta lógica, el territorio pasa a ser normatizado y ordenado por el Estado y corporaciones agroindustriales, sin embargo, el (des)orden implícito en ese orden no aparece, porque está oculto por el discurso del agronegocio.*

Palabras clave: *Frontera. Agronegocio. Commodities agrícolas. Territorialización. Producción capitalista.*

O presente artigo apresenta análises e reflexões a respeito da dinâmica atual da territorialização do capital na fronteira (re)dimensionada do agronegócio mato-grossense. No primeiro momento, realiza-se uma (re)leitura do território mato-grossense a partir de sua inserção nas teias do capitalismo mundializado, ou seja, a partir da expansão da fronteira agrícola. Buscou-se apontar o papel do Estado como o principal agente viabilizador da inserção do espaço mato-grossense na lógica de (re) produção capitalista por meio de políticas de colonização, dotação de infraestrutura, etc. e, no segundo momento pela normatização do território para atender à lógica do mercado mundializado de *commodities* agrícolas. A discussão permeia a análise do ordenamento do território e da (des)ordem oriunda do processo de territorialização do capital, em que a (des) ordem implícita nessa ordem não aparece pois está ocultada pelo discurso do agronegócio. Conclui-se que com a expansão da fronteira (re)dimensionada do agronegócio, o território mato-grossense, notadamente o campo, vem passando por uma reorganização espacial-productiva decorrente da nova ordem econômica mundial com a presença de corporações agroempresariais globalizadas, que investem na produção, no financiamento, na “logística” de transporte e armazenagem, atuam no setor de beneficiamento da produção e mantêm o controle de distribuição e comercialização em diversas escalas.

## A EXPANSÃO TERRITORIAL DO CAPITAL NA REGIÃO DO MATO GROSSO

Entre a primeira metade do século XIX e os primeiros anos do século XX o território mato-grossense que corresponde ao domínio Amazônico e do Cerrado<sup>1</sup>, juntamente com a porção oeste e norte do Brasil, constituía uma das regiões pouco conhecidas do território brasileiro. A extensa rede hidrográfica, as matas e as florestas, a variedade de fauna e de flora eram reveladoras das incalculáveis “riquezas naturais” que o território abrigava, só eram conhecidos e explorados por viajantes, desbravadores e ou representantes de expedições científicas nacionais e estrangeiras, como aponta Karl Von Den Steinen em relatos sobre a sua viagem pelo Brasil Central, em 1942:

Com toda a certeza, o lugar mais abençoado da terra, alheio a qualquer progresso, força produtiva e meio de comunicação, só poderia ser o próprio paraíso que, com a sua beleza e os seus tesouros, fica a milhares de anos atrás. Mas o homem habitou-se tanto à condenação que em parte alguma estaria tão descontente quanto no paraíso! Não desejo, entretanto, exagerar os privilégios de Mato Grosso e dizer que é o jardim da recreação. Aliás, as condições de produção, a extensão da província e o papel que a mesma representa no próprio país são muitíssimo precárias, sem mencionar as relações com o resto do mundo, que são nulas (KARL VON DEN STEIN . 1942, p. 36).

Presente no imaginário social como “natureza intocada”, como “território vazio” onde se localizavam os limites da “barbárie e civilização”, o território Mato-grossense passa a ser concebido, a partir do século XX, como um reservatório de recursos econômicos e vazios populacionais, a ser objeto imperativo das conquistas, dos povoamentos, da exploração e da colonização. A abundância dos recursos naturais, a distância dos grandes centros metropolitanos, a dimensão territorial, a baixa densidade demográfica e a natureza primitiva são elementos fundamentais na composição da imagem de Mato Grosso como um território rico a ser conquistado para a expansão do capital.

A partir do século XX, com a expansão da fronteira agrícola, o território norte Mato-grossense, concebido anteriormente no imaginário social como ‘natureza intocada’, pelo predomínio dos elementos naturais e, ocupado pelas populações tradicionais, passa a ser substituído pelos interesses econômicos, representados pela incorporação de objetos técnicos e pela apropriação monopolista da terra. Concomitantemente, o meio natural outrora fonte de sobrevivência das comunidades ali existentes, passa a ser comercializado e inserido em uma nova dinâmica espacial: a do processo de expansão e acumulação do capital materializado pela expansão da fronteira agrícola, ou seja, pela inserção desse espaço no circuito da mercadoria como analisa Berta Becker:

Devido ao seu vasto território e à ausência de organizações regionais capazes de resistir à nova apropriação, a fronteira amazônica oferece amplas possibilidades de expansão territorial do capital. Tem ela como especificidade a magnitude da escala e do ritmo de sua transformação capitalista inacabada, de caráter indefinido. Formas de produção e relações sociais híbridas aí se configuram, formas fluidas, sensíveis aos efeitos conjunturais da ‘mundialização’ e às contradições do Estado (BECKER, 1990, p. 16).

A ausência de organizações regionais possibilitou que o Estado fosse o principal agente viabilizador da inserção do espaço mato-grossense à nova lógica de (re)produção capitalista por meio da adoção de mecanismos institucionais pautados em leis, decretos, planos de incentivos governamentais e políticas de colonização<sup>2</sup>; pela criação de estruturas geográficas como, por exemplo, a construção da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), da dotação de equipamentos urbanos, bem como, através das representações sociais. Constituem papel importante para o processo de produção espacial, propiciando e viabilizando a urbanização dessa área e, conseqüentemente, a sua condição de capital fixo incorporado à terra (ARRUDA, 1997).

Ocupar os “espaços vazios” existentes no Norte Mato-grossense seria uma solução para minimizar parte dos sérios conflitos urbanos e rurais que eclodiam em diferentes pontos do território nacional. Em função dos interesses emergentes, através de uma política eminentemente estratégica de “integração” instrumentalizando-os, buscando inseri-los no contexto espacial de expansão das forças produtivas, uma condição sine qua non para a expansão territorial do capital. Como afirma Jose de Souza Martins:

A expansão territorial do capital traz para a própria fronteira a infra-estrutura da reprodução capitalista do capital: o mercado de produtos e de força de trabalho e com ele as instituições que regulam o princípio da contratualidade das relações sociais, que é o que caracteriza a sociedade moderna. O mercado se constitui na mediação essencial que dá sentido ao processo de ocupação do território (MARTINS, 1997, p. 187).

É marcante a abundância de terras devolutas existentes no Norte Mato-grossense nas décadas de 1970 e 1980 e, principalmente as facilidades de aquisição dessas terras, oferecidas a baixos preços pelos governos estadual e federal para latifundiários capitalistas individuais ou grupos econômicos e empresas agropecuárias e de colonização (MORENO, 1993).

A dimensão de reprodução ampliada do capital no território, a partir de 1970, passa a ser evidenciada pela reprodução extensiva e territorial mediante a conversão da terra em mercadoria - por meio da privatização das terras devolutas - e, portanto, em renda capitalizada (MARTINS, 1997) à medida que proliferaram companhias de terras e negócios imobiliários no território Mato-grossense. A título de exemplificação das Companhias privadas que se apropriaram de terras na fronteira agrícola mato-grossense, nas décadas de 1970, podemos citar a Colonizadora Sinop S/A, Colonizadora Feliz S/A, Colonizadora Agropecuária Mutum, Colonizadora Joaçaba, Monte Verde, Indeco S/A entre outras. Embora essas empresas apresentassem particularidades no processo organizacional, do parcelamento da terra<sup>3</sup> e de gestão dos seus empreendimentos, esses grupos econômicos tinham em comum um objetivo: o controle do mercado de terras. Destarte, fizeram da colonização um grande negócio econômico com a consecução de negócios imobiliários, quer seja, no espaço rural e/ou no urbano que possibilitam auferir a renda capitalista da terra, ou seja, renda territorial (MORENO, 1997, ARRUDA, 1997, OLIVEIRA, 1997, BECKER et al, 1990).

No caso da comercialização das terras realizadas pela Colonizadora Sinop S/A, o processo ocorreu da seguinte forma:

A comercialização das terras era realizada pela imobiliária Sinop Terras S/A em escritório na Região Sul ou na própria gleba. A venda era feita de acordo com as condições financeiras do colono, podendo ser à vista ou a prazo. Quando a venda era realizada a prazo, os colonos pagavam 50% de entrada, 25% no segundo ano e no terceiro ano o restante de 25% com um acréscimo aos preços das parcelas iniciais. O colono, ao adquirir a terra, passa a ser titular de uma cota da Cooperativa Mista Celeste Ltda, conseqüentemente, passando a pagar uma taxa de 1% da aquisição efetuada. (...) No processo inicial, o colono que adquiria um lote rural adquiria também um lote urbano (ARRUDA, 1997, p. 66).

Esses negócios inicialmente decorrentes da venda especulativa de terras<sup>4</sup> e pela realização de atividades extrativas precisavam ser (re) definidos para que fossem capazes de continuar gerando lucro em longo prazo. Portanto, torna-se mister implementar no território o desenvolvimento de projetos de ocupação, representando investimentos em longo prazo relacionados com o controle de terra, da produção agrícola e de atividades correlatas (MIRANDA, 1990). Assim, as empresas privadas assumem o papel de criar mecanismos capazes de viabilizar a concretização de seus interesses capitalistas por meio da implementação de estruturas espaciais como estradas vicinais, construção de cidades, etc. na perspectiva de poder obter ganho adicional, ou seja, o lucro. As empresas coloni-

zadoras buscaram não só as terras favoráveis e a concretização de sua estratégia, como assumiram a responsabilidade de todo o empreendimento que compreendeu a implantação de obras de infraestrutura, abertura de estradas vicinais, implantação de núcleos urbanos.

Para aquelas empresas que optaram por não assumir na sua totalidade a responsabilidade para a implementação de empreendimentos dentro da área, a estratégia foi criar condições materiais e institucionais para atrair investidores. A terra que se converteu, no caso brasileiro, em, além de um meio de produção, também em uma reserva de valor<sup>5</sup>, parece se aprofundar na etapa monopolística do capitalismo nas áreas de expansão da fronteira agrícola mato-grossense. O capital monopolista parece conceber o espaço como se fosse um plano liso, extensivo e intensivo, não levando em consideração as especificidades do espaço e as rugosidades decorrentes das disputas que o atravessam na construção de novas territorialidades. No lugar de uma “terra prometida”, concebida como “espaço a conquistar”, o migrante<sup>6</sup> enfrentava uma nova realidade: cada vez menos com a condição de cidadão e cada vez mais com o poder expresso no território, através da constatação da existência de uma “terra de muitos donos<sup>7</sup>” e uma “forte concentração de riquezas” (ARRUDA, 1997).

A concentração de riqueza que se evidencia no processo inicial de produção da fronteira agrícola manifesta-se no espaço pela presença de uma estrutura fundiária altamente concentradora com o predomínio do latifúndio ou da grande propriedade pouco ou escassamente trabalhada. Sob o respaldo do Estado, por meio de uma política de colonização dirigida (oficial ou particular). A esse respeito Moreno (1993) pondera que a articulação entre o poder econômico, sustentado pelos mecanismos institucionais, foi o que permitiu a transformação das terras devolutas em propriedades privadas, disciplinando o processo de acesso a terra, bem como, serviu para inibir a expansão da pequena propriedade e selar o compromisso dos governantes com a burguesia rural e empresarial. Torna-se evidente na política de colonização, adotada a partir da década de 1970, a opção dos governantes por uma política de concentração fundiária, cujas bases vinham se firmando na desenfreada apropriação de grandes propriedades.

As transformações espaciais e as suas condições sóciopolíticas modificam a fronteira agrícola em benefício de alguns atores hegemônicos, responsáveis por novas relações territoriais, onde os nexos próximos e o predomínio do interesse econômico sobrepõem-se ao social e ambiental (ARRUDA, 1997). Novas territorialidades passam a serem construídas no espaço mato-grossense, com a penetração de empreendimentos econômicos, políticas públicas que possuem como meta atender cronogramas, cujo tempo e valores são medidos por padrões de mercado mundial e interesses econômicos. Silvana Abreu afirma que:

Evidenciam-se nessas áreas de colonização privilégios concedidos ao empresário da grande propriedade, representada pela empresa rural, e do mercado externo, como finalidade última para destinar a produção. Para efetivação desse propósito, já no início dos anos 70, o Estado canalizou recursos para a agricultura e pecuária (inclusive em relação à pesquisa) e incentivou as exportações, fornecendo estímulo aos produtos com preços elevados no mercado externo, especialmente à soja, objetivando nitidamente substituir a agricultura diversificada e de subsistência pela agricultura comercial de exportação – a monocultura (ABREU, 2001 p. 72).

As inúmeras facilidades concedidas pelo Estado propiciam e induzem um intenso processo de migração de empresas e de empresários/produtores rurais para o estado, bem

como o surgimento e/ou a restauração de eixos viários, expansão de armazéns, que modificam as relações mercantis entre a economia mato-grossense e o centro sul do País, consolidando, desse modo, a abertura comercial do Estado de Mato Grosso. O novo impulso do desenvolvimento do modo de produção capitalista, em consequência das novas tecnologias, das mudanças organizativas, da criação de novos produtos e da mundialização dos mercados proporciona que novas áreas sejam incorporadas efetivamente ao sistema produtivo mundial alterando a lógica espacial preexistente.

## PERSISTÊNCIAS E RUPTURAS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO DA FRONTEIRA (RE)DIMENSIONADA DO AGRONEGÓCIO

A nova lógica que se configura, na fronteira agrícola contemporânea mato-grossense, está relacionada às mudanças no padrão técnico-produtivo da produção agropecuária brasileira e às vantagens comparativas locais que têm representado a interiorização do crescimento pela iniciativa privada, com as indústrias sendo atraídas para locais de produção de matérias-primas, buscando otimizar os seus custos, representativos no atual momento de acumulação do capital.

A configuração territorial que passa a ser delineada por uma nova forma de acumulação na fronteira contemporânea é manifestada pela penetração do capital financeiro na esfera da atividade agrícola, com a *commoditização* agrícola -, e pela expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção, dando ênfase à ampliação dos negócios provenientes das atividades agrárias adequados ao mercado mundializado. As mudanças do padrão de cultivo, em benefício de um pequeno grupo de cultivos voltados para a exportação e de interesse agroindustrial, estão relacionadas aos preços favoráveis aos produtores, aos estímulos de créditos, assistência técnica e inovações tecnológicas que possibilitam o aumento da produtividade da terra em áreas do Cerrado.

A (re)estruturação produtiva é marcada por mudanças na estrutura do padrão de cultivo e pela (re)organização da superfície ocupada das áreas de cultivos (arroz, milho) e pastos (pecuária) para a expansão do cultivo da soja, do algodão e, posteriormente, do milho, sorgo, girassol e granjas (suinocultura e avicultura). As atividades inicialmente realizadas como o extrativismo vegetal (nas áreas de floresta Amazônica), o arroz e a pecuária (Cerrado) que contribuíram para integrar essa região ao mercado nacional acabam servindo como suporte para preparar o terreno à ocupação da fronteira pelas “*commodities*” agrícolas para ocupação e valorização futura. Nessas áreas, o cultivo de arroz, utilizado como estratégia para a ocupação inicial do solo, foi substituído por outras atividades, notadamente, pela cultivo da soja, do milho, do algodão e outros produtos. Com mudança do padrão técnico-produtivo a fronteira (re)dimensionada do agronegócio se destaca como a região produtora de grãos voltados para a exportação e/ou para compor a cadeia produtiva de grãos-agroindústria (milho). De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, o estado do Mato Grosso foi em 2014 o maior produtor nacional de soja, milho e algodão.

O processo de (re) estruturação produtiva<sup>8</sup> e espacial que se evidencia com a expansão da agropecuária modernizada, representada pelo cultivo da soja e do milho em áreas de Cerrado e ampliação de grandes corporações agroindustriais ligadas a cadeia de grãos,

notadamente a partir metade da década de 1980, provoca mudanças, alterações e transformações do espaço agrário preexistente.

Pautada em uma nova ordem tecno-produtiva, a chamada fronteira adquire outra dimensão em que as características de sua incorporação, apropriação e uso se alteram. Se antes a terra era uma reserva de valor para os latifundiários; se o processo de ocupação ocorria em terras devolutas ou pouco povoadas; se antes a fronteira tinha uma característica de “dificuldade” para a expansão da agricultura; atualmente, com a adoção dessa nova ordem tecno-produtiva altera-se o uso e o comando do espaço agrícola. Portanto, se o uso do espaço é modificado; altera-se também o processo de apropriação das terras, de produção e das relações de trabalho no espaço agrícola. A fronteira se altera não como um processo de incorporação da terra como reserva de valor, mas como uma alteração nas novas relações que se estabelecem no processo de (re)produção e acumulação ampliada do capital no espaço.

Desse modo, o processo desigual e combinado do capitalismo, tem imposto no campo mato-grossense diferentes formas de organização social da produção e, conseqüentemente, formas variadas de relações de trabalho e produção. Estas formas sociais da terra têm combinado pequenas unidades camponesas, comunidades indígenas, empresas agropecuárias e agroindustriais, etc, que, por sua vez, têm definido as diferentes modalidades de uso da terra (MORENO, 1993, 505).

A ocupação e uso do Cerrado, outrora realizados pela pecuária como reserva de valor, entra efetivamente no circuito da mercadoria, criam-se novos municípios com o desmembramento territorial dos já existentes, tornando-os distritos sedes das novas “cidades”. Nas cidades, as colonizadoras privadas cedem lugar para novos agentes imobiliários que passam a comandar notadamente o mercado de terra urbano<sup>9</sup>. Contraditoriamente, essas transformações são evidenciadas pelo processo de intensificação, de (re) concentração fundiária decorrentes da incorporação e ou (re)aglutinação de propriedades preexistentes por agricultores mais especializados e capitalizados e/ou pelas corporações agroindustriais, intensificando o processo de latifundiarização do espaço agrário. Nessas áreas, o processo de (re)concentração fundiária que se evidencia, nem sempre ocorre pela eliminação de estabelecimentos de pequenos proprietários<sup>10</sup> e ou posseiros uma vez que eles já foram quase “eliminados” no processo inicial de produção espacial da fronteira.

As transformações socioespaciais que passam a ser evidenciadas na fronteira agrícola mato-grossense corroboram a tese de que o capital internacional se desloca da produção industrial para outras atividades. Na agricultura científica-globalizada a produção agrícola é comandada pela associação do capital industrial-financeiro das grandes corporações, *tradings* e bancos voltados para o agronegócio. O resultado desse processo é a consolidação, no território, da hegemonia do capital industrial (máquinas, implementos agrícolas, insumos, etc) articulado ao financeiro (políticas creditícias e especulação), numa lógica em que, ao mesmo tempo que garante a posição do território nos circuitos mercantis e financeiros em escala nacional e global, acaba proletarizando e ou excluindo os produtores descapitalizados do processo produtivo e acentuando a concentração de terras nas mãos de poucos. Ou seja, sob a égide das “*commodities*” agrícolas representadas pela expansão da soja, a pequena produção familiar depara com a barreira financeira e tecnológica que impede a sua reprodução.

Em decorrência da característica das bases produtivas da agricultura comercial, tendo como vetor de expansão as “*commodities*” agrícolas - notadamente a soja - que se instalam no território pautadas em uma intensa tecnificação do trabalho, da organização do processo produtivo pelo uso intensivo de máquinas, fertilizantes, etc, pela mão de obra qualificada e especializada leva-nos a confirmar a hipótese formulada por Moreno (1993) de que estaria ocorrendo no território mato-grossense um processo de mudança no uso dos latifúndios transformados em “Empresas Rurais”.

Ao analisar a estrutura e organização social do processo produtivo em Mato Grosso, Moreno (1993) constatou que na década de 1980, parte das terras antes ocupada pelo latifúndio transformou-se em ‘empresas rurais’. Esta categoria que se define pela exploração econômica da terra e expressa uma outra forma de organização social da produção ou de uso capitalista da terra, vem apresentando participação significativa no total dos imóveis rurais e no total da área do estado. Para a autora, talvez isso explique o decréscimo das áreas dos latifúndios por dimensão, verificado na década de 1980, ou seja, parte desses latifúndios pode ter-se transformado em empresas rurais, com os estímulos fiscais e creditícios do governo federal concedidos nas décadas de 1970<sup>11</sup> e 1980.

A partir da década de 1980 ocorre um processo de (re)aglutinação das propriedades, associado à descapitalização dos produtores dos primeiros projetos implementados (lavoura branca em áreas destocadas e o cultivo do café), em decorrência dos juros elevados para financiamento das lavouras, dificuldade de aquisição de insumos, o uso de tecnologias impróprias, entre outros (ARRUDA, 1997).

Ao analisar o processo de expansão da fronteira noroeste mato-grossense, com o avanço da soja em áreas de Cerrado, Silva (2003) afirma que embora a introdução da soja ocorra em 1981, as dificuldades de fixação dos agricultores eram imensas mesmo porque o acesso ao crédito para plantio de soja era restrito aos produtores mais capitalizados. A falta de recursos financeiros, de infraestrutura e de tecnologia, aliada ao endividamento e os altos juros bancários conduziram a venda de terras de agricultores em regime familiar para grandes empresas<sup>12</sup>. A compra de terras pelos grandes produtores se realizava sob o domínio do latifúndio voltado para a produção de arroz, milho e pela pecuária.

Se no processo inicial de expansão da fronteira agrícola mato-grossense, o Estado teve papel preponderante na produção do território, no segundo momento, a partir da década de 1980 e, principalmente de 1990, é a iniciativa privada que passa a comandar o processo de produção espacial e econômica. No campo, as grandes corporações agroindustriais entram em cena na nova (re)ordenação do território direcionando a produção, notadamente de *commodities* agrícolas.

Valorizada como mercadoria, a terra é apropriada em maiores quantidades e passa a ser concentrada nas mãos de empresas agropecuárias vinculadas às firmas industriais e comerciais nacionais e multinacionais sediadas no Sudeste do País (BECKER, 1990). A territorialização evidenciada pelas “empresas rurais” – representadas pelas corporações agroindustriais e grandes latifundiários - propiciam um (re)ordenamento espacial, que altera significativamente o conteúdo e a dinâmica do território. A ‘exploração racional’ da terra é realizada, na maioria das vezes, pelos conglomerados agroindustriais em rede e ou grandes capitalistas latifundiários e a propriedade fundiária adquire uma nova dimensão como ativo especulativo e não apenas como reserva de valor. Ou seja, essas empresas são veículos da



participação do grande capital na atividade agrícola e no mercado de terras, com o intuito de extrair cada vez mais a renda capitalista da terra, ou, pelo menos, a renda absoluta. Ao embutir os preços no produto cultivado, extrai-se além da renda territorial, a taxa média de lucros do capital (MARTINS, 1997; MORENO, 1993; OLIVEIRA, 1997).

As corporações agroindustriais, beneficiadas pela dependência do produtor ao capital financeiro - em decorrência da crise na agricultura, do preço da soja no mercado externo - adotam estratégias empresariais e tecnológicas, com o objetivo de melhorar e aumentar a produtividade, a qualidade, aumentar a rentabilidade e, evidentemente, extrair cada vez mais a renda monopolista<sup>13</sup> do processo produtivo.

Entre as estratégias adotadas pelas corporações agroindustriais – ligadas ao agronegócio -, para ampliar a produção e, conseqüentemente lograr o seu poder econômico, encontram-se os arrendamentos e “novas relações contratuais de parceria”. Nesse processo, alguns proprietários não somente entregam as suas terras para essas corporações, por meio do arrendamento, como também passam a realizar algum tipo de serviço na lavoura, colheita ou criação de animais nessas mesmas terras arrendadas. Em alguns casos, quando o produtor dispõe de algum equipamento agrícola como colheitadeiras, tratores, etc. torna-se mais vantajoso prestar serviços a terceiros por um determinado período ou alugar esses equipamentos por um período pré-fixado para o seu uso. A respeito desse processo Gottdiener (1993, p. 234) alerta que:

[...] embora a agroindústria não exija controle de toda a terra da agricultura, ela evita que pequenos fazendeiros trabalhem sua pequena propriedade com lucro. Por conseguinte, torna-se mais lucrativo vender a velha propriedade para especuladores ou empreendedores. Para o autor, a agroindústria teve sobre o seu papel funcional reproduzir as relações capitalistas tardias, em que, o resultado principal foi uma ajuda em liberar a terra para a especulação e ou desenvolvimento urbano, em comum acordo com outros fatores de conversão imobiliária.

Na fronteira (re)dimensionada do agronegócio o processo de arrendamento e da parceria torna-se uma prática comum nas estratégias das agroindústrias e dos produtores mais capitalizados. O capital financeiro que não se imobiliza em terra, no entanto, acaba por determinar às formas de apropriação e de propriedade do solo. Como no mercado de “*commodities*” agrícolas, o que se negocia são contratos de conjuntura na bolsa de mercadorias, os produtores rurais acabam subjugados à lógica da ciranda financeira do capital especulativo.

A dificuldade dos produtores rurais em quitar as suas dívidas, os preços elevados dos insumos agrícolas, aliados à crise no setor de grãos geram um novo processo de (re) concentração de terras na fronteira do agronegócio. Processo este, que está norteando produtores médios e, até mesmo, empresas rurais (sementeiras) a manterem ou reduzirem a área plantada por meio do arrendamento, enquanto os grandes proprietários mais capitalizados ampliam a produção em suas próprias terras ou em áreas arrendadas.

As transformações socioespaciais configuram-se na compra e/ou arrendamento de terras pelos grandes produtores capitalizados e ou corporações agroindustriais, se realiza sob o domínio do latifúndio, destinado à produção de produtos voltados para atender ao mercado externo e/ou compor o tripé do complexo agroindustrial. Para atender o mercado externo ou para compor o tripé de um complexo agroindustrial, a produção agrícola está cada vez mais articulada às cadeias de atividades inter-relacionadas que compõem o

circuito produtivo e os círculos de cooperação para a consecução da atividade produtiva. Configura-se no território uma interdependência entre os setores e uma complexa divisão territorial do trabalho na forma de complexos produtivos, sob a hegemonia do capital especulativo financeiro.

A procura por agregar valor ao produto e expandir o mercado restringe a possibilidade de acesso à terra provocando alterações na estrutura e no padrão de cultivo. A produção intensiva de cultivo da soja, do algodão, do sorgo e do girassol – que expande nas áreas onde já se praticava a agricultura “capitalista” -, ocorre concomitantemente com a expansão de alguns produtos básicos, notadamente o milho que passa a ser cada vez mais inserido na agricultura capitalista por meio da integração na cadeia produtiva grãos - carnes ( avicultura e suinocultura).

Verifica-se que para o grande capital é mais vantajoso, em certas atividades agrícolas ou cultivos, contratar fornecimentos e ou serviços de pequenos produtores, do que investir diretamente na produção. Mediante o sistema de agricultura de contrato, as corporações agroindustriais abastecem o agricultor com insumos necessários, créditos e assistência técnica para a produção, que logo compra a preços fixados previamente para transformar e distribuir. Nesse processo, o produtor agrícola transformou-se em um ‘trabalhador a domicílio’, especializado e disciplinado para atender a lógica produtiva da empresa (PAZUELOS *et al*, 1990).

Essa “nova maneira de produzir” adotada pelas agroindústrias altera a maneira de pensar e agir, principalmente dos pequenos produtores rurais que vêm no processo de integração com as agroindústrias uma alternativa para produzir sem, no entanto, perceber a lógica destrutiva e concentradora presente nesta atividade (GOTTDIENER, 1989). Concretiza-se a integração agricultura-indústria, ao mesmo tempo em que intensifica as contradições decorrentes do capitalismo manifestadas pela intensificação de sujeição do campesinato à produção industrial.

A denominada “integração” refere-se à participação dos produtores agrícolas, principalmente os pequenos e médios, ao processo produtivo agroindustrial. Os produtores rurais entram com os seus meios de produção – a propriedade privada e com a força de trabalho, onde plantam ou criam apenas o que é determinado pela empresa contratadora. A empresa entra com o capital constante, em especial, máquinas, insumos e, meios auxiliares: assistência técnica e financeira. Nesse processo, a propriedade privada da terra e a situação financeira estável do produtor como condição para a “integração” contribuem para intensificar o processo de exclusão e expropriação dos meios de reprodução social. (GOTTDIENER, 1989). Essas novas formas de organização social da produção, traduzindo ciência em tecnologia, provocam o aumento da composição orgânica do capital, sofisticam a divisão do trabalho e a especialização da força-de-trabalho, informatizam as organizações e atividades econômicas, sociais, políticas e culturais. Tudo isso expressa o dinamismo e o desenvolvimento intensivo do capital (IANNI, 1993).

A força produtiva, que é constituída pelo trabalho morto ou objetivado (capital constante) e pelo trabalho vivo (capital variável), por meio da propalada “integração” a composição orgânica do capital sofre uma “aparente metamorfose” pela pseudo integração. Nessa pseudo-integração, o capital variável (trabalho vivo), gerador de valor, ao invés de se originar dos trabalhadores assalariados, será obtido dos “integrados”- deno-

minados de autônomos por não terem vínculos empregatícios com a empresa contratante. Esses capitalistas (empresas integradoras) são destituídos da obrigação de arcar com os ônus de reprodução da força de trabalho como os encargos sociais e salários, ampliando as suas possibilidades para auferirem cada vez mais a mais-valia. Na composição orgânica do capital no sistema de agricultura de contrato reformulam-se as necessidades de reprodução das relações de produção capitalista, em sua essência, ela constitui a mesma lógica já assinalada por Marx, ou seja, a superexploração do trabalho.

A exploração amplia a sua dimensão para além da força-de-trabalho assalariada, incorporando o pseudo-trabalhador autônomo, agregando, assim, ao processo produtivo agrário novos ingredientes: a propriedade privada da terra de produtores que contêm a força de trabalho e o capital constante como as máquinas, insumos, assistência técnica, etc. sob o poder das empresas. A tecnologia permite incrementar a extração de mais valia absoluta e/ou relativa, assim como permite fortalecer a dominação do capital sobre o processo de trabalho. Há um duplo processo de exploração por meio da relação técnica que se estabelece e pela relação social. Como considera Lefebvre (1978, p.97):

[...] esta globalidade nova que tem como sentido e como fim a (re)produção das relações de produção, mais ainda do que o lucro imediato ou o crescimento da produção, é acompanhada por uma modificação qualitativa profunda dessas relações. As relações de dominação que originariamente subtendem, reforçando-as, as relações de exploração, tornando-se essenciais, centrais. A vontade de poder passa por cima dos gostos de lucro e proveito, da busca do super-lucro (lucro máximo).

A apropriação de sobretrabalho dos novos tipos de trabalhadores denominados de “integrados” permite que as empresas “integradoras” ampliem a sua produtividade, monopolizem o mercado; como também, ampliem o poder de extrair cada vez mais a mais-valia”. As corporações integrantes do agronegócio ampliam a capacidade de expansão do capital com o aumento da extração da mais-valia, uma parte como lucro dos negócios provenientes da integração entre a agricultura, a indústria e o comércio (agronegócio); parte, como juros, nos negócios financeiros e bancários (para que o produtor produza torna-se mister recorrer aos empréstimos bancários sob o aval das empresas integradoras) e, outra parte pela apropriação de sobretrabalho do “produtor integrado”, ou seja, por meio do capital que deixou de ser investido nos salários. Em outros termos essas empresas se realizam no mundo do capitalismo, lucrando, obtendo juros e até rendimentos com a terra, tudo a partir da exploração do trabalho (DAMIANI *et al*, 2006) e do trabalho dos “autônomos”.

Essa interação entre as diferentes formas de relações de trabalho, desde as assalariadas capitalistas, relações não tipicamente capitalistas, demonstram a captura, a subjugação e a imposição de formas de produzir e, conseqüentemente, de relações de trabalho diversas, porém combinadas, com o intuito de aumentar a (re)produção ampliada do capital, a acumulação e a (re)produção do capital monopolista na sua versão contemporânea. A essência do agronegócio e as impossibilidades de integração, por ele proporcionado, são obscurecidas pelo impulso que propiciam ao “progresso”.

A ‘quase integração da produção’ (ou suposta integração) por meio da agricultura sob contrato com as filiais de firmas transnacionais ou corporações nacionais - mediante o sistema de agricultura de contrato, evidencia a participação do grande capital nas

atividades agrícolas, no mercado de terras, na dependência do capital financeiro. Dentre os principais grupos empresariais com atividades rurais, a maioria possui empreendimentos em outros setores de atividades como o comércio, transportes, seguradoras, financiadoras etc.

Concordamos com Oliveira & Stedile (2005) quando ponderam que um novo modelo de dominação do capital se instala sobre a agricultura por meio do domínio do capital estrangeiro e das grandes corporações sobre a economia. Pautados por um novo modelo tecno-produtivo os produtores são induzidos a produzir commodities agrícolas de grande valor no mercado internacional, enquanto as empresas que controlam o comércio, compram os produtos, monopolizam as exportações e, fica com a maior parte das taxas de lucros.

Outra contradição a ser considerada nesse processo de intensificação da produção, para atender a lógica de um mercado cada vez mais globalizado na fronteira do agronegócio, é o fato de que a ciência passa a ser mobilizada pelo capital como força produtiva, no qual o conhecimento e a informação constituem fatores decisivos para atingir maior produtividade e competitividade na produção agropecuária.

Este processo de (re)estruturação produtiva aprofunda uma velha contradição do capitalismo expressa no caráter social da produção e na apropriação privada de seus resultados. Com a inserção cada vez maior da ciência no processo produtivo, cria-se uma enorme potencialidade produtiva, que não pode ser viabilizada em função da demanda das massas. Ou seja, no momento em que o sistema capitalista tem mais possibilidade de produzir, é exatamente quando não encontra a demanda agregada para atingir seus objetivos, uma vez que o ritmo de acumulação do período “globalizante” é extraordinariamente maior que o ritmo de crescimento do poder aquisitivo das massas.

A inserção da ciência na produção aprofunda a tendência de substituir trabalho vivo por trabalho realizado. Como esse fenômeno está sendo verificado também nas áreas de serviços, tradicional absorvedor de mão-de-obra, a tendência é a ampliação do desemprego, o que deverá estreitar ainda mais os mercados internos e a possibilidade de realização da produção. Ressalte-se que o desemprego atual pode ser considerado estrutural, uma vez que o ciclo do emprego está se tornando inelástico às vicissitudes da conjuntura econômica. Esse fenômeno ocorre justamente em regiões onde a cultura e a organização da classe operária tendem a oferecer grande resistência a essa conjuntura. Uma coisa é subtrair direitos e garantias em áreas onde a miséria é parte do cotidiano da vida das pessoas; outra é retroagir para a barbárie trabalhadores com elevado nível de consciência e organização e um padrão de vida duramente conquistado e longamente usufruído.

O avanço das novas tecnologias e a sua utilização na produção agrária e, em função das novas necessidades de (re)produção e dominação do capital industrial e financeiro, a fronteira agrícola mato-grossense metamorfoseia – da dimensão de fronteira econômica e demográfica<sup>14</sup>, passa para a apropriação de lugares na dimensão científica-tecnificada<sup>15</sup>. Os capitais exploram novas oportunidades de acumulação monopolista - por meio do desenvolvimento da biotecnologia, pela expansão dos sistemas agrícolas de meio ambiente controlado, pela criação de aves confinadas, etc; pelo desenvolvimento dos sistemas comunicacionais e informacionais - passa a existir uma reestruturação no processo de produção rural, alterando, conseqüentemente, o conteúdo da fronteira agrícola

No campo, o cotidiano é alterado pela utilização de Software, do sistema de monitoramento e rastreabilidade<sup>16</sup> e pelo uso do GPS<sup>17</sup> que controlam a produtividade, alteram as formas de produzir, a escala de articulação das atividades agrícolas, e passam a se constituir, em um agente racionalizador a serviço do capital que, nesse caso, é representado principalmente pelas grandes corporações do agronegócio. Com o uso da tecnologia de informação (TI) o modelo urbano-industrial se instala no campo, estabelecendo novos modos de produzir, de consumir e de viver. Equipamentos como o fax, o telefone, celular, internet, canais de TV a cabo ou por satélite, e outras tecnologias de informação são inseridas no processo produtivo agrário, denominado de modernizado, facilitando a busca e o “acesso<sup>18</sup>” à informação, ao comércio eletrônico e ao armazenamento. Assim como, contribuindo para a disseminação de informações de interesse aos agentes do sistema agroindustrial, ou, se preferir, aos agentes do agronegócio.

Com o avanço da biotecnologia, a semente natural deixa de ser um produto e meio de produção para tornar-se matéria-prima (SANTOS LAYMERT, 2003), o processo de reprodução natural dos animais é substituído pela procriação especial combinada com fórmulas de rações – realizadas por computadores em doses personalizadas -, estímulos químicos (hormônios), controle de doenças, alimentação intensiva enriquecida; pela iluminação artificial que supera o ciclo diário natural de reprodução, intensificando o domínio da natureza pelo capital.

“Para o camponês ou o habitante na floresta a semente é tanto um ‘produto’ como um ‘meio de produção’, isto é, grão que será comido e grão que servirá como semente no próximo plantio. Como meio de produção, ela desenha portanto um círculo: o lavrador a reinveste no processo produtivo e nesse sentido a semente é o seu ‘capital’; só há um obstáculo a este investimento, e ele é de natureza biológica: é preciso condições para que o capital se produza e multiplique. Tentando superar o obstáculo biológico, o moderno produtor de semente e principalmente o biotecnólogo, quebram o círculo em duas linhas verticais: uma, ascendente, canaliza o fluxo de germoplasma do campo e da floresta para os laboratórios das corporações e instituto de pesquisa; uma outra, descendente, canaliza o fluxo de produtos uniformemente ‘beneficiados’ e transformados em mercadorias que parte das corporações para o campo e para a floresta” (JACK KLOPENBURG apud SANTOS L, 2003, p. 27-8).

Como decorrência da revolução biotecnológica, da digital, etc há uma anulação da fronteira entre a ciência<sup>19</sup> e a tecnologia, uma vez que as atividades ligadas ao agronegócio são dependentes cada vez mais da tecnologia e da informação transformando-as em um bem de consumo produtivo pelo acesso<sup>20</sup>. O consumo produtivo que se amplia, no campo modernizado, não se restringe apenas ao de máquinas, fertilizantes, adubos, etc; mas, também ao acesso às novas mercadorias tecnologizadas, conhecimento, de ciência, de informação, de serviços etc. A produção agrícola não se restringe aos gêneros alimentícios, de produtos de exportação, mas se amplia com a produção de sementes, de matrizes genéticas, de bancos de germoplasma etc. inseridos e articulados aos interesses das corporações multinacionais, em especial às do agronegócio, com o objetivo de extrair e apropriar de renda monopolista<sup>21</sup>.

Concordamos com Lefebvre (1973) quando chama a atenção para o fato de que uma sociedade é produção e reprodução de relações sociais e não somente uma produção

de coisas. Por conseguinte, as relações não se produzem e não se reproduzem apenas no espaço social da produção de objetos, nas empresas, mas também no mercado, na vida cotidiana, no mercado de acesso, em todos os lugares onde a mais valia global da sociedade se realiza, se reparte e é dispendida, no funcionamento global da sociedade – na cultura, na ciência, e em muitos outros setores.

No setor de insumos, bens de produção e serviços para a produção agropecuária, verifica-se que substanciais investimentos em tecnologia vêm sendo feitos por empresas que controlam o segmento da biotecnologia e agroquímicos - Dow, Monsanto entre outras. Essas empresas investem recursos em pesquisa e propaganda com a clara intenção de dominar a produção de venda de sementes (através do pagamento de royalties pela patente da tecnologia) e herbicidas -, acentuando a concentração financeira e tecnologia no setor. Essas empresas monopolizam o mercado global de fertilizantes, transformam a produção de sementes em um negócio altamente lucrativo, retiram dos produtores o conhecimento da reprodução de sementes tornando “cativos da tecnologia<sup>22</sup>”, ampliam o seu poder monopolista mediante as proteções de patentes e dos acordos de licenciamento, decorrentes das transações econômicas dessas novas commodities agrícolas (HARVEY, 2005; SANTOS LAYMERT, 2003)

[...] a semente agora não se reproduz por si mesma: necessita outros insumos (adubos, químicos, etc) que também serão industriais, isto é, uma nova interferência externa no ciclo ecológico de reprodução da semente. [...] finalmente, ao transformar um processo ecológico de reprodução em processo tecnológico de reprodução, a biotecnologia retira a semente das mãos do camponês e habitante da floresta, colocando-a nas mãos das corporações (SANTOS LAYMERT, 2003, p. 208).

O novo mercado agrícola relacionado à modernização conta com forte conteúdo de ciência e tecnologia reforça as estratégias das empresas ligadas à agropecuária que a vêem como vantajoso negócio. Surgem novos agentes econômicos que incorporam, acentuam suas estratégias de transferência de tecnologia para o produtor rural, direta ou indiretamente como, por exemplo, fundações de pesquisa, prestadores de serviços, empresas de insumos e serviços, entre outros segmentos de empresas que compõem o agronegócio. Acreditamos que o agronegócio não apenas está incorporando um novo campo de valorização do capital – por meio da indústria biotecnológica e microeletrônica aplicada à agropecuária moderna – como também estas novas tecnologias - abrem novos campos de valorização dos capitais do agronegócio entre as quais a comercialização de novos tipos de commodities tangíveis e intangíveis, com as “sementes de elite<sup>23</sup>”, as matrizes genéticas, software agrícolas, serviços, informação, entre outros.

A modalidade de integração da suinocultura às indústrias de processamento de carne, acentua o processo de especialização desse setor, assim como submete as pequenas unidades de produção aos objetivos produtivos da empresa. O processo criatório completo que se fazia em todas as propriedades vai sendo substituído pelos especialistas em produzir leitões (cria) e aqueles que fazem a recria e engorda (OLIVEIRA, 2003). Esta subordinação tem levado os suinocultores integrados a ampliarem sua área de plantio de milho, de modo a aumentar as relações de sujeição, garantindo assim, o produto básico da composição da ração.

Parafraseando Harvey (2005) a lógica do capitalismo contemporâneo, travestido em agronegócio, tem gerado uma força poderosa que procura garantir não apenas a conti-

nuidade dos privilégios monopolistas da propriedade privada, mas também as rendas monopolistas que resultam em denominar as mercadorias como incomparáveis. Para obter a reprodução ampliada do capital, as corporações agroindustriais, articuladas em redes, absorvem o desenvolvimento tecnológico, a ciência transformando-as em mercadorias e ampliando o poder e a acumulação de rendas monopolistas.

Contraditoriamente, a mesma ciência que aprofunda as transformações na agricultura, que revoluciona o processo de produção, é a mesma que acaba contribuindo para otimizar a produção, segundo uma lógica de racionalidade imposta pela globalização do capital, assim como, por (re)produzir novas relações de poder e dominação no território. Essas empresas aumentam os seus poderes, por meio do controle do mercado da indústria agroalimentar, como também, ampliam o seu espaço na produção de bens de capital (indústria biotecnológica) para dilatar a produtividade, reduzir os custos da atividade agropecuária; propiciando aos capitalistas vantagens competitivas e a obtenção de lucro no mercado.

Com o intuito de preservar os seus “tão cobiçados” poderes monopolistas, os capitalistas utilizam-se de estratégia da centralização de capitais em megaempresas ou estabelecendo alianças amplas para dominar o mercado, por meio do capital financeiro, economia de escala e posição no mercado – e, a ávida proteção das vantagens tecnológicas (que são substitutas das vantagens locais), por meio de direitos de patente<sup>24</sup>, leis de financiamento e direitos de propriedade intelectual. Tudo isso assinala a grande importância da capacidade de mover no espaço mercadorias, pessoas e dinheiro. (HARVEY, 2005).

O agronegócio como parte da estratégia de provisão de recursos para as corporações agroindustriais, incorpora globalmente regiões em relações assimétricas, quer seja na produção quer seja no consumo. Por meio de fluxos sobre distâncias médias da ordem de milhares de quilômetros desde a produção primária até ao consumo final - viabilizado pelo desenvolvimento das novas tecnologias - acaba por inserir vastas áreas do território brasileiro sob a alçada de algumas empresas multinacionais do ramo biotecnológico, agroquímico, tradings etc intensificando a drenagem de riquezas e as desigualdades entre regiões e ou países. A inserção dessas áreas, até então periféricas, à nova divisão territorial do trabalho constitui uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo contemporâneo, como pondera E. Soja que ao

[...] deslocar uma ênfase cada vez maior para a extração da mais valia relativa, através das mudanças tecnológicas, das modificações na composição orgânica do capital, do papel cada vez mais invasivo do Estado e das transferências líquidas do excedente, associadas à penetração do capital em esferas não inteiramente capitalistas de produção (internamente através da intensificação, e externamente, através do desenvolvimento desigual e da ‘extensificação’ geográfica para regiões menos industrializadas do mundo inteiro). Isso exigiu a construção de sistemas totais, a fim de garantir e regular a serena reprodução das relações sociais de produção. Nesse processo, a produção do espaço desempenha um papel crucial” (SOJA, 1993, p.111).

Essas regiões como, é o caso do Norte Mato-grossense, são lugares onde o excesso de capital superacumulado pode mais facilmente ser absorvido, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos mais rentáveis. Entretanto, como pondera Rodrigues (1998) essa acumulação flexível do capital envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas. As trans-

formações na estrutura produtiva geram condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho e segmenta o território de acordo com a lógica racionalista imposta pelo mercado globalizado, como assevera E. Soja:

Assim, as tocas de mercado transformam-se num veículo, não somente na transferência de valor entre empresas e setores, mas também de uma transferência geográfica de valor. Algumas áreas obtêm um lucro líquido em termos de valor, enquanto outras incorrem num prejuízo líquido, e isso tem um certo efeito na geografia da acumulação, na formação de centros e periferias em todas as escalas espaciais (SOJA,1993, p.139).

A globalização produtiva, as exigências feitas pelo mercado mundializado definem as áreas de expansão do agronegócio. São consagradas por uma agropecuária empresarial, competitiva e especializada, cuja lógica produtiva é imposta pelo mercado mundializado. Oliveira (2003) pondera que dessa forma, o Brasil do campo moderno vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial, onde o agronegócio é sinônimo de produção para o mundo.

As mudanças científicas e tecnológicas, na produtividade, na organização e na localização da produção industrial, na demanda de trabalho - nível de qualificação - e na demanda de insumos para a produção, em produtos primários ou produtos intermediários de origem industrial ligado ao sistema de intercâmbio mundial do agronegócio têm propiciado uma nova ordenação espaço-temporal (HARVEY, 2004) é um processo observável no Norte Mato-grossense. Harvey (2004) aponta que nessas novas regiões o ajuste espacial, talvez à custa do capital nas antigas regiões, torna-se uma condição *sine qua non* do processo de superacumulação do capital.

As transações decorrentes do agronegócio demonstram uma nova ordem econômica com novas formas de produtividade espacial e/ou geográfica com a supervalorização das paisagens e a recriação de novas paisagens sob a lógica de um modelo de racionalização produtiva. O Cerrado é '(re)inventado' e valorizado, tendo como base a tecno-produtiva modernizada e é incorporado ao processo produtivo brasileiro e à lógica do mercado global. A natureza "hostil" e "intocada" passa a ser concebida em uma dimensão de possibilidades onde a invenção e difusão de tecnologias torna relevante a transformação do espaço. Estabelece-se, desse modo, uma estreita relação entre a ciência/ técnica e a lógica econômica, possibilitando uma nova lógica de ordenação territorial. O Cerrado outrora considerado "improdutivo" para os interesses de expansão capitalista, devido às suas características pedológicas – pH ácido e pedregoso – é alterado pela adoção das novas tecnologias. As alterações inserem-se na lógica do capital mundializado. As condições naturais, a topografia plana do Cerrado que facilita o uso de máquinas, as estações climáticas bem definidas, passam a ser consideradas como possibilidades para ampliação da produção.

O uso de novas tecnologias redefine o que antes era tido como entrave, relevando as formas pelas quais os capitais se apropriam de um conjunto de circunstâncias que favorecem a acumulação: vantagens locacionais, economias de aglomeração, disponibilidade de infra-estrutura financiada pelo poder público, concentração de oferta de trabalho e, de uma forma análoga, os chamados serviços de natureza. A conjunção das condições históricas naturais, as novas tecnologias no processo produtivo provocam o aumento da extensão de áreas, a intensificação de produtividade agrícola, a inserção de novas áreas



no mercado de terras, assim como possibilitou, também, que novos agentes capitalistas ligados ao agronegócio aumentassem crescentes taxas de lucro complementar, ou seja, a renda diferencial II<sup>25</sup>.

Esse modelo de racionalização produtiva privilegia e prioriza a agropecuária de caráter empresarial e as cadeias agroindustriais associadas aos produtos de mercado externo (soja, cana-de-açúcar, madeira e carnes) adequando-se às normas e padrões determinados pelos mercados nacionais e internacionais como afirma Becker:

As forças atuantes, em diferentes escalas geográficas, influem no novo contexto. Ao nível global, tornam-se mais acentuadas as feições da globalização, com a interconexão não só da economia e das finanças, como das arenas políticas nacionais e internacional, a redefinição do papel do Estado, a mercantilização da natureza, os financiamentos descentralizados, a velocidade acelerada das transformações das atividades e dos territórios por efeito das redes técnicas” (BEKER, 2001, p. 7).

Diante da nova ordem econômica que se instala nessas áreas, o Estado (re)assume o seu papel no ordenamento territorial e, (re)toma o seu antigo projeto geopolítico – pautado em um modelo exógeno - de intervenção na economia e no território, com o objetivo não apenas de ocupação, de apropriação física e de controle do território ( como prevaleceu na década de 70 – 80 com o início da expansão da fronteira agrícola); mas de inserir a fronteira agrícola científica-tecnificada no mercado externo e, conseqüentemente, na lógica desse mercado mundializado. Com o objetivo de expandir a produção extensivamente e intensivamente em rápida resposta às demandas do mercado mundial, o Estado passa a fomentar as atividades ligadas ao agronegócio por meio de subsídios diretos aos negócios decorrentes da agropecuária, subvenções para pesquisa e desenvolvimento - por meio da Embrapa<sup>26</sup> -, estruturação de fontes financeiras, entre outras medidas. É como demonstra Santos:

A dinâmica dos espaços da globalização supõe uma adaptação permanente das formas e das normas. As formas geográficas, isto é, os objetos técnicos requeridos para otimizar a produção, somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diferentes níveis geográficos e políticos, mas, em vista de competitividade mundial, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as demais. E as normas do mercado tendem a configurar as normas públicas (SANTOS, 1996, p. 2001).

Na nova dinâmica o papel do Estado foi, o de principalmente, criar mecanismos facilitadores, infraestrutura, para alavancar os negócios, “cedendo” as terras, as taxas de juros, os subsídios para a exportação e importação. Harvey (2004) destaca que a existência de um clima de negócios atraente constitui um pólo de atração de fluxos de capitais, razão pela qual os Estados se desdobram para aumentar seus poderes mediante a criação de paraísos de investimento de capital. Assim agindo, usam seus poderes inerentes no espaço para tentar oferecer privilégios monopolistas a quem quer dele tirar proveito. A estratégia utilizada pelo Estado para incentivar e fomentar a exportação de produtos não tradicionais – as “*commodities*” agrícolas - e abastecer os centros urbanos, foi a de implantar programas (federais, estaduais privados) que garantiram a implementação de infra-estrutura, legislação necessária para o desenvolvimento do “agronegócio” que repercutem direta ou indiretamente no processo de urbanização.

A busca por maior competitividade no mercado faz com que, a partir da década de 1990, do século XX, o governo do Estado de Mato Grosso adote uma política para atrair investimentos e empresas por meio de concessão de incentivos fiscais estaduais, como doação de terrenos para instalação de empresas, benefícios fiscais e financeiros provenientes da SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, o FCO (Fundos Constitucionais de Financiamento<sup>27</sup>), FUNDEIC (Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado de Mato Grosso) e outros programas relativos ao abatimento no IRPJ (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas), bem como a elaboração de programas específicos ao desenvolvimento do agronegócio.

As normativas advindas desses programas, aliadas à densidade técnica decorrente da adoção de novas tecnologias na agropecuária mato-grossense possibilitaram que as áreas do Cerrado se tornassem atrativas para o cultivo de “*commodities* agrícolas”. As mudanças na escala geográfica da produção, as intensidades dos intercâmbios comerciais e nas estruturas institucionais e as normas de exportação ditadas pelas instituições globais como a OMC, atrelam a região produtora de “*commodities*” agrícolas a uma dinâmica que transborda suas fronteiras. O resultado é a configuração de uma paisagem comercial muito particular, através da qual se articulam os recursos naturais com a ferocidade do mercado mundial de *commodities*, isto é, com as demandas da economia mundial.

O território é normatizado para a produção de *commodities* agrícolas. O estado de Mato Grosso ou geral, por meio dessas políticas regionais de crédito, de pesquisas e da construção de infra-estrutura, passa a ser o principal articulador dessa materialização. A racionalidade do uso do território com o objetivo de melhorar a produtividade, racionalizar os custos e maximizar os lucros é incorporado na atividade agrícola. A atividade agrícola é concebida nos moldes do agronegócio, com a presença de produtores de grande porte, com bases produtivas altamente tecnificadas e pela mudança da mentalidade produtiva dos agricultores. Com o fito de melhorar a competitividade e controlar o mercado, os complexos de *commodities* do agronegócio e os grandes produtores respondem combinado à reorganização dos custos de produção, criando novas variedades adaptadas às novas áreas exploradas, ampliando a dimensão da área plantada, procurando terras mais baratas e externalizando os custos ambientais, econômicos e sociais.

O desmatamento e o aumento da produção de soja nas áreas do Cerrado e da Amazônia Legal acentuam-se em nome do “progresso econômico” e da competitividade. A área de cultivo da soja em Mato Grosso aumentou de 56.000 ha, em 1980, para 4,5 milhões de há, em 2002/03, e 8.6 milhões de há em 2014 (IBGE, PAM, 2014). As fazendas com mais de 10.000 hectares que, em 1980, eram 643, passaram a 756 em 1996, ampliando a área de 17,8 milhões para 20,6 milhões de há, em contrapartida durante o mesmo período, o número de propriedades, com menos de 10 há diminuiu de 23.902 para 980.151 (CANUTO, 2004).

A respeito da destruição do Cerrado e Floresta Amazônica Gonçalves (1998, p. 328) pondera que:

[...] toda essa destruição já era, de certa forma, previsível, levando-se em conta que o capitalismo tem suas leis econômicas e geográficas próprias. É que por instituir relações mercantis de apropriação de terras, esta passa a ter um preço que varia, dentre outras razões, em função da acessibilidade aos mercados. Assim o Centro Oeste, com os seus Cerrados, e a Amazônia, com suas densas flores-

tas, áreas longínquas de fronteira, não poderiam escapar à implacável lógica que orienta a organização do espaço pelo capital: terras baratas atraem a implantação de atividades de demandam grandes extensões, principalmente a pecuária de corte. Dessa forma, a mata, obedecendo à racionalidade do capital, haveria de virar pasto para o boi...

O processo de pecuarização - que além de desmatar grande parte da vegetação nativa preparando o terreno para a mecanização e favorecendo a concentração fundiária - contribuiu, em parte, para a expansão nessas áreas de produtos agrícolas altamente capitalizados, a soja e/ou outras “*commodities*” agrícolas. A agricultura moderna empresarial, nas áreas planas dos Cerrados, facilmente mecanizáveis, transforma a área numa paisagem totalmente homogeneizada, uniformizada, com base em um único cultivo agrícola, provoca intensa degradação dos solos pela compactação, acelera o processo erosivo, contamina os lençóis freáticos com sérias conseqüências sócio-ambientais sobre os ecossistemas predominantes e para a reprodução da vida. Não há preocupação com a degradação que provocam e, muito menos com a reprodução da vida da maioria dos que ocupam (ou ocupavam) a região.

A agricultura moderna empresarial não se preocupa como promove o desmatamento de matas ciliares, sem preocupações com a manutenção da integridade das áreas de cabeceira das drenagens (pode-se citar o exemplo da realização de obras de drenagem nas áreas de cabeceira situadas ao longo da BR-163, entre os municípios de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde). Como conseqüências do processo de modernização e agroindustrialização da agricultura, tem-se os riscos do surgimento de novas pragas e doenças nas lavouras (como por exemplo, o nematóide do cisto da soja), o lançamento de efluentes contaminantes nos corpos d’água, pelos processos agroindustriais e, pelo uso intensivo de agrotóxicos.

A contradição da produção destrutiva é visível com a intensificação do uso de alta tecnologia que tem como critério fundamental o econômico. Os processos destrutivos que consideram a “ordem e o tempo” da natureza são substituídos pelo uso de tecnologia que acelera a produção e, ao mesmo, tempo a devastação dos elementos da natureza. A dimensão do tempo-espaço da natureza contrasta com o tempo da produção de mercadoria e de sua rápida expansão (SANTOS LAYMERT, 2003; RODRIGUES, 2005). A compressão do tempo-espaço que prevalece é a do mercado e do capital financeiro e especulativo. Laymert (2003) chama a atenção para o fato de que “a agropecuária moderna tende a ver a biodiversidade natural apenas como um reservatório de matéria-prima, de onde são extraídas determinadas espécies como inputs para a produção; proliferando em toda parte, tais espécies tendem a se tornar dominantes e, assim, a eliminar outras espécies”, como é o caso da especialização produtiva do cultivo da soja em áreas de Cerrado.

A especialização produtiva, pautada na ciência e na técnica, insere uma nova dimensão com agricultura científica-tecnificada em uma lógica competitiva pautada na racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a organização do território aos modelos de intercâmbio até a imposição de novos usos e novas definições do tempo e espaço social, quer seja no campo ou na cidade (SANTOS, 1996; LEFEBVRE, 1973).

As forças produtivas permitem que os que dela dispõem disponham do espaço e venham até a produzi-lo. Esta capacidade produtiva estende ao espaço terrestre e transborda – o; o espaço social

natural é destruído e transformado num produto social pelo conjunto das técnicas, desde a física à informática. Mas esse crescimento das forças produtivas não para de gerar contradições específicas que se reproduz e se agrava. A propriedade privada (do solo e, portanto, do espaço natural) se, por um lado, destrói a natureza e transforma o espaço material, por outro lado, reconduz a potência produtiva a quadros próprios de épocas ultrapassadas, da época da produção agrícola, da natureza rural” (LEFEBVRE, 1973, p. 95-6).

A mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro impõe uma nova reestruturação produtiva por meio do agronegócio e, conseqüentemente, da formação sócioespacial do território mato-grossense. O agronegócio como vetor da formação sócioespacial, associado à expansão das commodities, tem possibilitado a articulação do uso dos recursos naturais com a velocidade e aos interesses das demandas da economia mundial. As conseqüências dessa racionalidade, que transborda a lógica dos sistemas naturais, criam e/ou ampliam os problemas sociais e ambientais, provocam o que Harvey (2005) denominou no processo de expansão do Imperialismo, de acumulação via espoliação.

As práticas produtivas, que configuram essas áreas, privatizam recursos naturais, comuns à região com a apropriação da terra e da biodiversidade como “novas mercadorias”. A lei de patentes intelectuais permite que empresas registrem usos tradicionais de plantas, animais e áreas como propriedade privada. Além disso, as Leis de Patentes Industriais possibilitam a cobrança de royalties, como se observa no uso de sementes transgênicas. Tais leis possibilitam que essas empresas cobrem taxas – os royalties – de quem for utilizar dessa técnica a acumular capital.

Torna-se mister ressaltar que, nas estratégias de ocupação, produção agrícola, exploração e transformação de riquezas naturais em recursos naturais, sob a lógica da acumulação via espoliação, fazem parte do próprio pacote tecnológico viabilizador de sua instalação, materializado pela intensificação do desmatamento da floresta amazônica para o negócio da madeira e, posteriormente, pelo desmatamento do Cerrado e da Floresta Amazônica para a expansão da soja. A madeira, uma das “valiosas *commodities*” do agronegócio, num aparente paradoxo, representa, em sua essência, a exportação de biomassa, ou seja, sua fonte é a natureza. Junto com a madeira se “exporta” a natureza, se contabilizar a água, o solo, e sais minerais. Contraditoriamente, a atividade extrativa da madeira representa uma das atividades dinâmicas na geração de commodities para o agronegócio, mas é apontada como a mais grave ameaça aos ecossistemas e biodiversidade, que ocorre tanto pela extensão das áreas incorporadas nas novas atividades como pela intensidade do padrão predatório, com tecnologia “avançada”.

As normas e as leis, ao mesmo tempo em que criam territórios desejáveis para a expansão do capital, geram entropia, criam *territórios* e mercadorias *indesejáveis*. Ao se produzir um espaço para ser consumido como lugar econômico, se destrói, as próprias condições que deram origem a esta ‘mercadoria’ ou seja, a “*natureza da natureza*”, denominada de *recursos naturais*. Em sua análise Rodrigues (1998, p. 61) acrescenta que “*alterando qualitativamente a mercadoria recursos – os recursos renováveis -, transformando-os, pela poluição, pelo esgotamento de suas potencialidades, em recursos não renováveis*” Essa entropia decorre porque, como aponta Santos (1996) a “ordem” que se instala no território é exógena. Ou seja, porque o modelo de apropriação do espaço imposto é movido pelos interesses do capital dominante, gerando a (des)ordem.

a ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz as mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de sentido, já que seu objetivo – o mercado mundial – é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global (SANTOS, 1996, p. 268).

A necessidade de acumulação do capital levou a uma expansão geográfica da sociedade capitalista, rumo ao Cerrado mato-grossense, representado pela intensa transformação do espaço geográfico em espaço produtivo. Impõe-se a implantação de estruturas espaciais como infraestrutura física com a construção de estradas, ferrovias, hidrovias, armazéns, usinas de energia, portos, etc. necessários para a superação das barreiras espaciais e, conseqüentemente, insere novos espaços para a acumulação do capital. Consideramos pertinentes para a área de estudo, as colocações de Harvey (2004, p. 41) de quem *“as ‘forças da natureza’ tornam-se sujeitas ao controle humano à medida que os sistemas de transporte e de comunicação, divisões territoriais do trabalho e infraestruturas são criados para servir de fundamento à acumulação do capital”*.

A mobilidade geográfica do capital requer infraestrutura específica fixa e segura para funcionar efetivamente. Ou seja, torna-se necessário criar condições para que o capital possa circular sem limites de lucro, com o tempo de rotação socialmente necessário, sendo excedido pelo custo e tempo de movimento. A intensidade da densidade técnica (rodovias e aeroportos), informacional (antenas parabólicas, internet, fax, telefone celulares) e normativa, nesses espaços, propicia a integração espacial dessas localidades e promove a inserção das atividades predominantes, atendendo às exigências de um mercado globalizado<sup>28</sup>. A ordem imposta no espaço é aquela estabelecida pelas grandes corporações nacionais e multinacionais do agronegócio que, por intermédio da “logística” produz um território corporatizado e uma produção comprometida com os ditames dos interesses de um mercado mundializado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na fronteira (re)dimensionada do século XXI, o capital, em sua voracidade genética, não só mantém a sua essência como incrementa a sua exploração e acumulação via espoliação, apresentando-se ao mundo travestido de modernidade, sob o rótulo de agronegócio. Os mecanismos de acumulação primitiva foram aprimorados com a privatização dos recursos naturais, pela intensificação da extração da mais-valia relativa através das mudanças tecnológicas, pela modificação na composição orgânica do capital e, pela imposição aos trabalhadores de regimes societários vinculados socialmente ao século passado, como é o caso da “escravidão contemporânea” registrada no estado de Mato Grosso.

A fim de garantir e regular a (re)produção das relações sociais de produção, voltadas para o agronegócio políticas foram criadas, mecanismos (re)formulados de acumulação via espoliação implementados no território em nome da ortodoxia neoliberal. Dentre as medidas adotadas pelo governo brasileiro, com o objetivo de transformar as exportações no motor de crescimento econômico, destacam-se as reformas no comércio exterior por meio de ações que possibilitem uma maior liberalização do mercado agrícola com a diminuição de impostos de exportação e tarifas alfandegárias, pela elaboração de um cronograma de redução da tarifa média para grupos de produtos agrícolas, insumos e

equipamentos e, por fim, a dotação de medidas destinadas ao melhoramento da infraestrutura de transporte e armazenagem.

Na ordem estabelecida visando preparar o território para o agronegócio como as leis de estímulo à exportação, a criação de infraestrutura, etc. existe uma (des)ordem que está intrínseca, mas que no entanto, não aparece, pois está diluída nas formulações construídas acerca da competitividade, do aumento do PIB do agronegócio e da produtividade agropecuária. Ou seja, o que aparece é a competitividade em todas as escalas: no mercado externo, entre as empresas instaladas nos municípios das regiões produtoras de commodities agrícolas, entre os municípios e cidades. Enfatiza-se a rentabilidade, o crescimento econômico, mascarando as contradições e abstraindo o real que é a sociedade, as relações de trabalho e o território.

#### Notas

- 1 A porção centro - norte da mesorregião Norte-mato-grossense, caracteriza-se pelo predomínio da floresta ombrófila densa (Amazônica) e ombrófila aberta (de transição). A savana (cerrado) que cobre grande parte do Estado de Mato Grosso encontra-se nos trechos ao sul dessa Mesorregião Norte Mato-grossense e estende-se por todo o território mato-grossense. A maior parte da área do Norte Mato-grossense corresponde a uma faixa de transição entre o Cerrado e a floresta ombrófila, sendo denominada como áreas de tensão ecológica (contatos de tipos de vegetação).
- 2 A criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975), o Plano de Integração Nacional (1971), o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia (1974), a melhoria dos meios de transportes, foi de suma importância para transformar o centro-oeste mato-grossense em uma área de cultivo de produtos de exportação. Abreu (p.65) aponta que o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE) foi criado com o objetivo de viabilizar a circulação de mercadorias, do capital e de pessoas; bem como através da instalação de áreas programas diretamente vinculadas à técnica e financeiramente ao Governo Federal, via SUDECO, estando suas diretrizes centradas nas metas de “Integração nacional” do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).
- 3 Os projetos privados de colonização implementados na década de 1970 são distintos quanto à área por eles ocupada, variando de 7.000 ha a 550.000ha. Por exemplo, em Sapezal o tamanho médio das propriedades vendidas pela Colonizadora Joaçaba (de Santa Catarina) era de cerca de 1000ha (SILVA, 2003). Já o projeto empreendido pela Colonizadora SINOP S/A (Colonizadora do Noroeste Paranaense) situado na Gleba Celeste, no seu processo inicial possuía cerca de 550.00ha. O projeto posteriormente teve a sua área ampliada pela incorporação de novos títulos de “terras devolutas”, que foram posteriormente realizados em 06 novos projetos de colonização que passaram a ser implementados em áreas descontínuas (ARRUDA, 1997).
- 4 Vale ressaltar que essa prática de especulação fundiária já é confirmada por Monbeig (1984) no movimento de conquista do solo nas frentes pioneiras (1890-1900). Na frente pioneira o capital se torna proprietário de terra, recria no terreno os mecanismos da sua reprodução ampliada do capital (MARTINS,1997).
- 5 Por razões econômicas, de ordem mais geral, o capital investido na compra de terra será valorizado independentemente de um posterior investimento de capital produtivo nesta mesma terra. A terra tem um significado de reserva de valor e é considerada fundamentalmente como um patrimônio, independente de qualquer exploração econômica (GRAZIANO DA SILVA, 1979).
- 6 O processo de ocupação da fronteira agrícola foi marcado pelo intenso fluxo de migrantes procedentes do Sul do País, principalmente do Estado do Paraná. Cf. Arruda (1997), Becker et al (1990), Oliveira (1991), Oliveira(1983).
- 7 Porque a prática intensiva da grilagem de terra gerou uma intensa sobreposição de títulos numa mesma área (OLIVEIRA, 1991) e a presença de “beliches fundiários” (OLIVEIRA, 1983) onde (...) a mesma terra chegou a ser vendida várias vezes, dando origem aos “beliches fundiários”. Isso ocorreu, muitas vezes, porque os proprietários, geralmente, residentes nos grandes centros do país, não vinham a MT para cercar as terras e nela produzir; apenas compravam para revenda ou utilização posterior, uma vez que elas representavam um investimento de capital futuro (ARRUDA, 1997).

- 8 Rondonópolis até a década de 1950 possuía um grande número de pequenos proprietários rurais que além da criação de gado desenvolviam uma agricultura voltada para o consumo, produzindo arroz, milho, feijão, amendoim e algodão. A partir da metade dos anos 50 começa a desenvolver em larga escala o plantio do algodão, uma cultura constante, até meados de 1970 quando cai fortemente a produção. A lavoura do arroz é a cultura de abertura seguida da soja. Essas terras, até então, praticamente sem valor, alcançam enorme valorização e são vendidas para grandes proprietários e grupos empresariais, de São Paulo e Minas Gerais e em menor número para paranaenses e gaúchos. Os projetos agropecuários vão sendo implementados e a fisionomia da cidade e da região vai se alterando rapidamente (SUZUKI, 1996).
- 9 De acordo com Silva (2003) em terras de Sapezal, algumas colonizadoras privadas como a Joaçaba, de Santa Catarina, venderam as propriedades para colonos do sul do país. O tamanho médio das propriedades era de cerca de 1000 ha. A colonização particular em Sapezal não possuía um projeto de constituição de núcleo urbano e de organização da atividade agrícola. As colonizadoras apenas se preocupavam em promover a venda das terras. A criação do núcleo urbano de Sapezal constituiu um projeto idealizado pelo grupo André Maggi sob a gestão da CIDEZAL. As demais cidades surgidas nesse período como Campo Verde, Campos de Júlio, Campo Novo do Parecís, Primavera do Leste apresentam em seu processo de produção espacial o mesmo princípio.
- 10 O parcelamento dos lotes rurais – comercializado pela Colonizadora - cuja dimensão compreendida entre 10 há. (cinturão verde) e 300 há. do município de Sinop, é modificado com a introdução da pecuária, uma estratégia utilizada para garantir a propriedade privada. A estrutura fundiária inicial passa a ser concentrada (ARRUDA, 1997). Em Sapezal, o tamanho médio das propriedades vendidas era de cerca de 1000 ha.
- 11 Becker (1990, p. 92) aponta que na década de 70 do séc. XX, “a voracidade da apropriação de terras com o mínimo de investimento possível caracterizava a ação do latifúndio-Empresa que só explora recursos com facilidades oferecidas pelo Estado, na maioria das vezes limitando-se a desmatar parcelas dos estabelecimentos e a criar cabeças de gado”.
- 12 “Quando o Grupo André Maggi chegou em Sapezal o padrão de organização das fazendas era caracterizado por grandes propriedades, pequena produção agrícola e uma pecuária de pouca importância. A falta de recursos financeiros inviabilizava o uso intensivo das terras. (...)nessa época, a presença de pequenos produtores era inexpressiva” (SILVA, 2003).
- 13 A renda de monopólio é, também, o lucro suplementar oriundo do preço do monopólio de uma certa mercadoria produzida em uma porção da superfície terrestre dotada de qualidades especiais. Este preço de monopólio é, por sua vez, determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, não dependendo, portanto, do valor dos produtos (quantidade de trabalho necessário para produzido) ou mesmo do preço geral de produção. O excedente entre o preço de monopólio e o valor do produto é um lucro suplementar, acima pois do lucro médio, que permite a quem produza uma mercadoria especial auferir a renda de monopólio (OLIVEIRA, 1986, p. 79).
- 14 Há três vertentes de caracterização de fronteira: 1) a dos economistas que defendem a tese da funcionalidade da fronteira; 2) dos antropólogos e sociólogos que defendem a vertente da terra liberta e; 3) a dos geógrafos que a explicam como uma das faces de reprodução ampliada do capital de forma extensiva e territorial, mediante a conversão da terra em mercadoria. Nesse caso, a frente pioneira corresponde à fronteira econômica. Os antropólogos e demógrafos, apontam, principalmente, a expansão demográfica em que há uma zona de ocupação pelos agentes da civilização que são ainda os agentes característicos da produção capitalista.
- 15 Definição de um novo paradigma baseado em conhecimento, informação e no uso crescente de ciência e tecnologia no processo produtivo, ampliando o interesse de segmentos econômicos na biodiversidade como capital natural de realização futura, com possibilidade para aumentar a produtividade e taxa de lucratividade. A lógica da fronteira não está pautada exclusivamente na incorporação e apropriação de terras devolutas, mas sim, na incorporação de áreas outrora “marginalizadas” do processo produtivo capitalista. A fronteira agrícola científica-tecnificada se expande para a produção de grãos, notadamente a soja, nas áreas do Cerrados com destaque para o Oeste Baiano (Barreiras), o sul do Piauí e do Maranhão (Balsas); o Triângulo Mineiro; o Sudeste de Goiás, Mato Grosso (norte e sudeste mato-grossense, região da Chapada dos Parecís com destaque para os municípios estudados neste trabalho) e, segue o seu processo de expansão recente para a região Amazônica nas áreas de Cerrado (Rondonia) e áreas de domínio amazônico efetivando o processo de integração dessas regiões na economia nacional e, conseqüentemente, a sua inserção ao mercado mundializado.

- 16 Significa que cada segmento da cadeia alimentar pode seguir o rastro de um alimento e conhecer toda a sua história, antes e depois deste segmento: saber sua procedência, por onde passou, etc. ou seja, é a aplicação de um sistema eficaz de identificação, desde a sua produção até a sua comercialização.
- 17 Os Sistemas de Posicionamento Global (GPS – Global Positioning Systems) são constituídos de sensores, interfaces e computador, geram mapas de produtividade, do teor de matéria orgânica, da topologia. Algumas propriedades do solo e indicadores de fertilidade e tipologia são obtidas de amostras retiradas manualmente. Outros parâmetros ainda podem ser obtidos por rede de sensores estáticos, sensoriamento remoto ou ainda fotos aéreas. Programas de gerenciamento de base de dados georeferenciados (GIS), de geoestatística e de simulação e modelamento são usados como sistemas de suporte de decisão.
- 18 A TI é um instrumento importante no aumento da eficiência e da eficácia das cadeias agroindustriais, mas contraditoriamente exclui os pequenos produtores do acesso a esta tecnologia. O comércio eletrônico, que sob certas condições pode ser visto como um instrumento capaz de aumentar a coordenação de uma dada cadeia agroindustrial, somente pode ser viabilizado se o país possuir condições de oferecer aos seus intervenientes o acesso à estrutura de TI.
- 19 Francisco de Oliveira chama a atenção para o fato de que “a revolução molecular-digital anula a fronteira entre ciência e tecnologia: as duas são trabalhadas agora num mesmo processo, numa mesma unidade teórico-metodológica. Faz-se ciência fazendo tecnologia e vice-versa. Isto implica que não há produtos tecnológicos disponíveis à parte, que possam ser utilizados sem a ciência que os produziu. E o inverso: não se pode fazer conhecimento científico sem a tecnologia adequada: a fabricação das bombas atômica e de hidrogênio e as correspondentes produções de energia nuclear- a de fusão ainda não lograda completamente – já indicavam esta anulação, esta ultrapassagem. A revolução molecular-digital “deleta” –para usar um termo informático – definitivamente esta barreira. O que sobre como produtos tecnológicos são apenas bens de consumo” (Oliveira, 2003: 139).
- 20 Rifkin (2001, p. 55) aponta as profundas alterações do mercado na ‘era do acesso’. “As repercussões da passagem das relações vendedor-comprador para fornecedor-usuário já estão sendo sentidas principalmente na agricultura. As empresas remanescentes de sementes de proprietários individuais nos anos recentes, dão a elas o vasto controle sobre o ‘plasma germe’ do qual toda a produção agrícola depende. As empresas, então, modificam ligeiramente as sementes ou removem traços genéticos individuais ou (re)combinam novos genes em sementes e, asseguram a proteção sobre suas ‘invenções’. A meta é controlar, na forma de propriedade intelectual, todo o estoque de sementes do planeta”
- 21 A renda de monopólio é, também o lucro suplementar oriundo do preço do monopólio de uma certa mercadoria produzida em uma porção da superfície terrestre dotada de qualidades especiais. Este preço de monopólio é, por sua vez, determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, não dependendo, portanto, do valor dos produtos (quantidade de trabalho necessário para produzido) ou mesmo do preço geral de produção. O excedente entre o preço de monopólio e o valor do produto é um lucro suplementar, acima pois do lucro médio, que permite a quem produza uma mercadoria especial auferir a renda de monopólio.
- 22 A este respeito, Martins (2000) demonstra como é o processo da produção de sementes transgênicas e a atuação das indústrias químicas, em especial da Monsanto.
- 23 Leimert (ano 203.) chama atenção para o fato de que passa a existir duas categorias de sementes: as nativas (resultado de um longíssima seleção efetuada pela natureza e pelo homem) usada pelos agricultores do Terceiro Mundo tornam-se agora incompletas, desvalorizadas, improdutivas, primárias, ao passo que as variedades criadas pela biotecnologia nos centros de pesquisa do Primeiro Mundo ou nos laboratórios das corporações transnacionais de sementes são denominadas avançadas ou elite. A esse respeito Martins (2000) chama a atenção para o fato de que as formas de produção de sementes não são incompletas, mas foram “desvalorizadas” pela transgênia que retira o conhecimento dos agricultores, produtores, etc. A biotecnologia – é chamada de indústria da vida e assim os transgênicos “imitam a natureza” sob o domínio das multinacionais.
- 24 A lei de patentes que permite que as empresas registrem as plantas desenvolvidas como propriedade privada, com essa lei, as empresas controlam todo o processo produtivo, e ainda cobram taxas – os chamados royalties – de quem quer utilizar a sua técnica, aumentando, assim, a exploração dos agricultores (OLIVEIRA; STEDILE, 2005).
- 25 De acordo com Oliveira (1985, p. 104) a renda diferencial II tem sua origem na intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção, lógica básica do próprio processo de produção capitalista.



- 26 Do ponto de vista do Estado, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), por exemplo, desempenha papel líder na geração e difusão de inovações no setor agropecuário, sendo responsável direta pela possibilidade de expansão da fronteira agrícola para as regiões do Cerrado.
- 27 A Constituição de 1988 destinou 3% do produto da arrecadação do ICMS e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro – Oeste. Os recursos destinam-se a financiar projetos dos produtores rurais e das empresas que exercem atividade econômica nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de turismo e de comércio do Centro-Oeste. Consiste em um tipo de financiamento fixo, com ou sem capital de giro associado, para a implantação, ampliação, modernização ou realocação de empreendimentos dos setores contemplados (SICME-MT, 2005)
- 28 As áreas de Cerrado, já tinham sido capturadas pelo capital mercantil, porém há alterações na subordinação do processo social e (re)produção ampliada do capital no espaço aqui analisado.

#### Referências

- ABREU, Silvana de. *Planejamento Governamental: a SUDECO no Espaço Mato-grossense: contexto, propósitos e contradições*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2001.
- ARRUDA, Zuleika Alves de. *Sinop: Território de múltiplas e incompletas reflexões*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Onde está o agro desse negócio? transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio*. Campinas, 2007. 253p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007
- BECKER, Berta K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia Osório. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- BECKER, Berta K. *Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?* In: Revista: Parcerias Estratégicas. V.1 N. 12 Setembro, 2001. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/CEE/Revista/Rev12htm>> Acesso em: 02/08/2005
- GOTTDIENER, Mark. *Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.
- \_\_\_\_\_. *A Produção capitalista do Espaço*. Edições Loyola, 2005.
- IANNI, Octávio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996
- LEFEBVRE, Henri. *A Re-produção das Relações de Produção*. Publicações Escorpião. Porto: Novembro de 1973.
- \_\_\_\_\_. *De Lo Rural a Lo Urbano*. Taduccion: Javier Gonzáles-Pueyo. Ed. Lito-Fisan, Barcelona, 1978.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1997.
- MIRANDA, Mariana. O Papel da Colonização Dirigida na Expansão da Fronteira na Amazônia. In: BECKER, Berta. K. et al. *Fronteira Amazônica: questões sobre a Gestão do Território*. Brasília; Rio de Janeiro, Ed. Universidade do Rio de Janeiro, 1990.
- MORENO, Gislaïne. *Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, FFCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: *Terra Livre*. Ano: 19, v2, n.21. Movimentos Sociais: multiplicidade teórica e metodológica. São Paulo: 2003.
- \_\_\_\_\_. *A Fronteira Amazônica Mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. Tese de livre docência.

São Paulo, USP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Esperança Vem na Frente*: contribuições ao estudo da pequena produção em Mato Grosso. o caso de Sinop. São Paulo: 1983. Dissertação de mestrado, FFLCH - USP, 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.; STEDILE, João Pedro. A Natureza do Agronegócio no Brasil. *Cartilha da Via Campesina*. Brasília, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e da geografia do séc. XXI - A Ocultação do Espaço e da Geografia. In: *GEO USP, Espaço e Tempo*, São Paulo, N. 18, 2005<sup>a</sup>.

SANTOS, Laymert Garcia. Politizar as Novas Tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, Carlos Alberto F. *Grupo André Maggi: Cooperação em Rede em Áreas de Fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993.

STEINEN, Karl. Von Den. *O Brasil Central*. Expedição em 1889 para a exploração do Rio Xingu. São Paulo: Cia. Ed Nacional, 1942.

SUZUKI, J. C. *De Povoado a Cidade*: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1996.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATO GROSSO (SICME-MT): Incentivos Fiscais e Financeiros. Disponível em: <http://www.cicme.mt.gov.br>

\* Recebido em: 27.03.2016. Aprovado em : 27.05.2016

ZULEIKA ALVES DE ARRUDA

Doutora em Geografia. Professora Titular de Geografia do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá. E-mail: Zuleika.arruda@cba.ifmt.edu.br